

# ALFA

---





# BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966  
 SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP  
 SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouviodoria: 0800-7220140

**Senhores Acionistas,**  
 Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que incluem suas demonstrações diretas e indiretas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos exercícios findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2022 começa com a esperança de que a variante Omicron seja a transição necessária para que a Covid-19 deixe de ser uma doença pandêmica e passe a ser endêmica, com as outras formas de gripe conhecidas. Entretanto, a despeito dessa perspectiva otimista, o ano reserva outros desafios externos e internos que devem fazer com que a volatilidade seja a tônica dos próximos meses. No cenário externo, o principal evento será o processo de elevação dos juros nos EUA. A última vez que isso aconteceu foi em dezembro de 2015 quando a inflação corrente acumulada em 12 meses estava em apenas 0,23%. Ou seja, o FED estava claramente se antecipando a uma possível pressão inflacionária. Dessa vez fechamos 2021 com o Índice de Preços ao Consumidor (CPI na sigla em inglês) em 7,00%, indicando que, dessa vez, o BC americano terá que desinflacionar a economia, o que é bem diferente. Por isso, a projeção do mercado de que os juros americanos irão a trajetória de 6 anos atrás, saindo do mesmo intervalo entre 0,00% e 0,25%, e passando para 2,50% ao final do ciclo, nos parece muito otimista. Esse sem dúvida é o maior risco que teremos nos mercados em 2022, uma revisão abrupta da trajetória de juros nos EUA. A boa notícia é que o FED tem tido sucesso em comunicar com antecedência as mudanças de rumo na sua política monetária sem causar grandes abalos nos preços dos ativos financeiros. Basta observar que a expectativa dos mercados em junho de 2021 era de que a primeira alta dos juros ocorreria apenas em 2023, agora já precificam quatro altas em 2022 e não houve nenhuma ruptura nos ativos.

O crescimento da China será outro fator a ser acompanhado atentamente. Os recentes problemas no setor imobiliário chinês não devem causar uma crise financeira como vimos nos EUA em 2008, mas certamente causarão uma importante desaceleração em um setor que representa quase 25% do PIB. Portanto, a forma como a China vai lidar com esse problema poderá influenciar os preços dos ativos ao redor do mundo, principalmente aqueles ligados ao setor de commodities. Portanto, o cenário externo deverá ser menos favorável em 2022 para ativos mais arriscados em geral e para os brasileiros em particular do que foi em 2020 e 2021.

As eleições presidenciais de outubro deverão dominar o cenário interno a partir do 2º trimestre do ano e os mercados deverão repercutir, principalmente, os impactos fiscais das agendas dos candidatos. Quanto mais incertezas geradas sobre o futuro do arcabouço fiscal, mais volatilidade no câmbio, mais pressão sobre a inflação, juros mais altos e menos crescimento. A nossa expectativa para o comportamento do real frente ao dólar no Brasil é que ele acompanhe o calendário eleitoral, ficando mais pressionado entre o 2º e o 3º trimestres, quando poderá chegar a níveis ao redor de R\$/USD 6,00, com algum alívio no último quarto do ano, fechando o 2022 próximo de R\$/USD 5,70. O Brasil fechou 2021 com um surpreendente superávit primário de 0,15% do PIB e com uma dívida bruta de 81,1% do PIB, elevada para os padrões de um país emergente, mas bem melhor do que se esperava no início do ano. Entretanto, ao longo de 2021, várias medidas de enfraquecimento do arcabouço fiscal brasileiro foram tomadas, com destaque para a revisão da fórmula de cálculo do Teto dos Gastos. Esses movimentos aumentaram os questionamentos a respeito da trajetória futura da política fiscal, pressionando o Banco Central do Brasil (BCB) a subir mais os juros com o aumento do prêmio de risco nos ativos brasileiros. A nossa expectativa é que as taxas alcancem 11,50% a.a. na reunião de março, ficando nesse patamar até o final do ano, nível que deverá levar o PIB brasileiro a crescer algo ao redor de 0,3%, após 4,5% de alta em 2021. Mesmo com essa expressiva desaceleração da atividade econômica, a inflação não deverá convergir para a meta em 2022, com a nossa projeção de 5,00%, para o IPCA no ano estando no seu limite superior do intervalo de tolerância (meta de 3,5% com um intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo).

A conclusão é que 2022 será um ano em que a volatilidade será a tônica dos mercados, principalmente por causa das dúvidas em relação à política monetária nos EUA. No Brasil, as incertezas externas, podemos acrescentar aquelas inerentes a uma eleição presidencial muito polarizada onde os temas econômicos serão os destaques da campanha.

### SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas, clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios.

evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos ambientais, sociais ou de governança significativos ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. O Alfa tem trabalhado fortemente para aprimorar a integração da sustentabilidade às suas estratégias de negócios e de suas operações, aperfeiçoando uma série de iniciativas e processos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Em relação a isso, destacamos nossa atuação crescente em setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, as principais operações que merecem destaque ao longo do ano de 2021 são:

- Coordenador da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Allonda Ambiental Participações S.A., incluindo prestação de garantia firme e estruturação, de todas as etapas do processo, que culminou não só no sucesso da emissão, mas também em sua classificação como sustainability-linked bonds - "SLB", no volume de R\$270 milhões.
- Coordenou a 1ª (primeira) emissão da CAGECE no mercado de capitais, em uma região bastante carente do setor de saneamento no Nordeste. A maioria dos recursos captados com a emissão de debêntures (R\$520 milhões do total de R\$776 milhões) serão destinados a investimentos em projetos de abastecimento de água e sistema de esgoto sanitário, com o intuito de cumprir com o percentual mínimo de cobertura indicado no marco de saneamento;
- Coordenou a emissão de debêntures da SPIC - A empresa utilizará a totalidade dos recursos de pouco mais de um bilhão de reais para a modernização da UHE São Simão, que está entre uma das maiores UHEs em operação hoje no Brasil. A SPIC atua com a matriz de fibra, eólica e térmica exclusivamente a gás natural, sendo um dos maiores conglomerados de energia no mundo;
- Coordenador da emissão de debêntures da AEGEA no valor de 7,8 bilhões de reais (sendo a participação do Alfa no valor de 200 milhões de reais) que foram usados para o financiamento da outorga de determinados blocos de concessão de saneamento da CEDAE. O leilão dos blocos da CEDAE foi um sucesso e, em boa medida, um alívio para uma região carente em saneamento. Com essa operação, a AEGEA se tornou a maior operadora privada de saneamento do Brasil;
- Fiança BNB para a Statkraft no valor de 200 milhões de reais e para Ecoenergia no valor de 187 milhões de reais, com duração de dois anos, com finalidade de garantir a operação de financiamento do Parque Eólico;
- Fiança BNDES para a Casa dos Ventos no valor de 45 milhões de reais para três anos, com finalidade de garantir a operação de financiamento do Parque Eólico.

Para 2022, o Alfa vem trabalhando numa agenda mais rica e mais completa, visando um crescimento sustentável e inclusivo, que promova a preservação do meio ambiente e a integração social e assegure uma boa governança e integridade no ambiente de negócios

### DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

#### RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido do Banco atingiu no exercício R\$ 73.739 mil (2020 R\$ 73.684 mil) correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,78% (2020 4,95%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.542.730 mil (inicial de 2020 R\$ 1.488.318 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 832,91 (2020 R\$ 838,28). Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 21.827 mil no exercício (2020 R\$ 20.589 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 (2020 R\$ 5,03) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 599,77 (2020 R\$ 578,62) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa nº 13"b". Os juros sobre o capital próprio referente ao 1º semestre totalizaram R\$ 11.296 mil (2020 R\$ 9.761 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 por lote de mil ações ordinárias (2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 299,89 (2020 R\$ 277,95) por lote de mil ações preferenciais. Para o 2º semestre de 2021 foi aprovado o valor de R\$ 10.531 mil (2020 R\$ 10.828 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 299,88 por lote de mil ações preferenciais (2020 R\$ 5,03 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 300,67 por lote de mil ações preferenciais).

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.580.926 mil ao final do exercício (31/12/2020 R\$ 1.542.730 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 17.857,06 (31/12/2020 R\$ 17.425,62). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2021, homologada pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2021, aprovou o aumento do capital social para R\$ 752.224 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 26.524 mil. O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,53% (31/12/2020 15,44%) ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,0% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

#### RATING

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco: Fitch Ratings: "F1+" (bra) para crédito de curto prazo; "AA(bra)" para crédito de longo prazo.

• Moody's: "NP" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba2" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira.

### RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pelo Banco ao final do exercício atingiu R\$ 22.666.385 mil (31/12/2020 R\$ 15.110.739 mil) e consolidado R\$ 22.249.599 mil (31/12/2020 R\$ 14.701.194 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 9.377.751 mil (31/12/2020 R\$ 5.567.321 mil) e consolidado R\$ 9.106.092 mil (31/12/2020 R\$ 5.089.260 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 2.354.922 mil (31/12/2020 R\$ 2.446.252 mil) em captações no mercado aberto (individual e consolidado); R\$ 8.302.960 mil (31/12/2020 R\$ 5.265.301 mil) e consolidado R\$ 8.157.833 mil (31/12/2020 R\$ 5.333.817 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 1.905.366 mil (31/12/2020 R\$ 980.794 mil) em empréstimos obtidos no exterior (individual e consolidado); R\$ 725.386 mil (31/12/2020 R\$ 776.179 mil) em repasses do país (individual e consolidado) e R\$ zero (31/12/2020 R\$ 74.892 mil) em repasses no exterior (individual e consolidado).

### ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 24.827.879 mil (31/12/2020 R\$ 16.921.634 mil) e consolidado R\$ 24.482.336 mil (31/12/2020 R\$ 16.579.068 mil) ao final do exercício. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 17.517.467 mil (31/12/2020 R\$ 12.479.169 mil) e consolidado R\$ 17.448.840 mil (31/12/2020 R\$ 12.533.206 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.306.481 mil (31/12/2020 R\$ 4.935.428 mil) e consolidado R\$ 7.552.781 mil (31/12/2020 R\$ 5.167.050 mil), correspondente a 29,4% (31/12/2020 29,2%) e consolidado 30,8% (31/12/2020 31,2%) dos ativos totais. Representada principalmente por 79,1% (31/12/2020 81,6%) e consolidado 77,7% (31/12/2020 79,0%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 36,1% (31/12/2020 19,9%) e consolidado 35,4% (31/12/2020 19,6%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco suas controladas, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco e suas controladas mantiveram a sua posição de alta liquidez encerrando o exercício com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 4.850.420 mil (31/12/2020 R\$ 2.413.156 mil) e consolidado R\$ 5.001.327 mil (31/12/2020 R\$ 2.606.217 mil).

O total da carteira de crédito incluindo repasses interfinanceiros e garantias prestadas, atingiu o saldo de R\$ 8.750.417 mil (31/12/2020 R\$ 5.658.631 mil) e consolidado R\$ 9.385.120 mil (31/12/2020 R\$ 6.123.668 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 99,3% (31/12/2020 99,9%), no individual e no consolidado, das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. Em 31/12/2021 os créditos acima de 14 dias atingiram o saldo de R\$ 28.442 mil (31/12/2020 R\$ zero). O saldo das provisões para perdas esperadas ao risco de crédito atingiu R\$ 83.457 mil (31/12/2020 R\$ 61.840 mil) e consolidado R\$ 88.663 mil (31/12/2020 R\$ 67.700 mil), correspondente a 1,5% (31/12/2020 2,0%) e consolidado 1,4% (31/12/2020 1,9%) do total da carteira de crédito, 49,7% (31/12/2020 67,6%) e consolidado 50,2% (31/12/2020 63,1%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

### OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

### DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 23/02/2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021.

### AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuam a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

### DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 23 de fevereiro de 2022.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R\$ MIL

Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Nota Explicativa	Individual		Consolidado		
		2º Semestre 2021	Exercícios 2021	2020	Exercícios 2021	2020
<b>Recetas da Intermediação</b>						
<b>Financeira</b>						
Operações de Crédito	7g	906.732	1.198.611	833.275	1.247.830	872.338
Operações de Arrendamento Mercantil	7g	266.049	401.673	317.849	401.673	317.849
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		392.040	546.867	442.739	550.743	456.432
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	181.095	206.263	82.198	206.886	76.387
Resultado de Operações de Câmbio		67.548	43.808	(9.564)	40.773	(6.660)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		—	—	53	—	53
<b>Despesas da Intermediação</b>						
<b>Financeira</b>						
Operações de Captação no Mercado		(836.323)	(1.022.400)	(659.841)	(1.001.892)	(653.803)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(629.539)	(846.977)	(378.673)	(827.325)	(376.554)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7e	(190.455)	(159.606)	(262.999)	(159.606)	(262.999)
Resultado de Intermediação		70.409	176.211	173.434	245.938	218.535
<b>Outras Recetas Operacionais</b>						
Recetas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		41.848	68.409	56.212	111.357	73.413
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	18	25.449	43.962	20.126	—	—
Outras Recetas Operacionais	17a	4.259	5.758	4.041	10.990	7.634
<b>Principais Despesas Operacionais</b>						
Despesas de Pessoal		(105.402)	(205.839)	(159.421)	(245.052)	(190.372)
Despesas Administrativas	17b	(58.664)	(112.238)	(76.885)	(127.988)	(89.569)
Despesas Tributárias		(24.347)	(44.518)	(40.915)	(51.988)	(49.541)
Outras Despesas Operacionais	17c	(8.558)	(15.692)	(13.655)	(26.865)	(21.571)
Despesas de Provisões		(13.833)	(33.391)	(27.966)	(38.211)	(29.691)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(53)	(179)	(4.730)	(3.947)	(7.256)	—
(=) Resultado Operacional		36.510	88.322	89.662	119.286	101.954
<b>Outras Recetas e Despesas Não Operacionais</b>						
Resultado antes dos Tributos e Participações sobre o Lucro		56	129	317	250	630
<b>Resultado antes dos Tributos e Participações sobre o Lucro</b>						
Contribuição Social	9	780	(7.515)	(11.375)	(37.964)	(23.525)
Provisão para Imposto de Renda		(9.859)	(13.470)	(8.366)	(27.971)	(14.206)
Provisão para Contribuição Social		(10.278)	(13.227)	(7.896)	(26.510)	(11.505)
Ativo Fiscal Diferido		20.917	19.182	4.887	16.517	2.186
Participação nos lucros		(4.031)	(7.197)	(4.920)	(7.831)	(5.374)
Empregados		(4.031)	(7.197)	(4.920)	(7.831)	(5.374)
Participação Minoritária nos Lucros		—	—	—	(2)	(1)
Resultado Líquido		33.315	73.739	73.684	73.739	73.684
<b>Resultado Líquido Atribuído aos Acionistas:</b>						
Controladores		33.315	73.739	73.684	73.739	73.684
Não Controladores		—	—	—	2	1
Lucro por Lote de Mil Ações - RS		376.30	832,91	832,28	—	—

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM R\$ MIL

Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Individual		Consolidado			
	2º Semestre 2021	Exercícios 2021	2020	Exercícios 2021	2020	
<b>Lucro Líquido</b>						
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda		1.251	(13.716)	1.513	(13.716)	1.513
<b>Outros Resultados Abrangentes do Semestre/Exercícios, Líquido de Impostos</b>						
Total de Resultados Abrangentes do Semestre/Exercícios		33.315	73.739	73.684	73.739	73.684

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM R\$ MIL

Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Individual		Consolidado			
	2º Semestre 2021	Exercícios 2021	2020	Exercícios 2021	2020	
<b>1. RECEITAS</b>						
Intermediação Financeira		936.566	1.257.090	875.676	1.355.466	939.765
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		906.732	1.198.611	833.275	1.247.830	872.338
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		41.848	68.409	56.212	111.357	73.413
Outras Recetas Operacionais		16.329	(15.817)	(18.169)	(14.961)	(14.250)
Outras Recetas Operacionais		4.259	5.758	4.041	10.990	7.634
Resultados Não Operacionais		56	129	317	250	630
<b>2. Despesas da Intermediação Financeira</b>						
Operações de Captação de Recursos		819.994	1.066.583	641.672	986.931	639.553
Operações de Empréstimos e Repasses		34.271	70.071	66.178	84.555	78.051
Operações de Empréstimos e Repasses		—	—	—	—	—
Operações de Empréstimos e Repasses		1.101	2.144	1.976	2.596	2.341
Serviços de Terceiros		33.170	68.527	64.202	80.277	74.773
Outras (Despesas de Obrigações por Cotas de Fundos de Investimentos)		—	—	—	1.682	937
<b>4. Valor Adicionado Bruto (1 - 2 - 3)</b>						
Valor Adicionado Bruto		82.301	179.836	167.826	283.990	222.161
<b>5. Depreciação, Amortização e Exaustão</b>						
Depreciação, Amortização e Exaustão		974	1.906	1.681	2.121	1.893
<b>6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4 - 5)</b>						
Valor Adicionado Líquido Produzido		81.327	177.930	166.145	281.859	220.268
<b>7. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>						
Valor Adicionado Recebido em Transferência		25.449	43.962	20.126	—	—
<b>Resultado de Participação em Coligadas e Controladas</b>						
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		25.449	43.962	20.126	—	—
<b>8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)</b>						
Valor Adicionado Total a Distribuir						



**BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

**DE INVESTIMENTO**

☆ **continuação**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL**

Ouvidoria: 0800-7220140

As instruções não foram conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 22/02/2022 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 23/02/2022. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais. Embora a referida Lei já tenha sido revogada em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normalização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e reificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados. O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou a forma para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e através da Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo; iv) evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e, v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

**2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. **(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 5º dia do mês como receita, e, a partir do 6º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **(b) Ativos circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e à avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nºs 5 e 6). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 7 "d" e "e").

**(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco e suas controladas de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata die*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata die*. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de cotação de preços divulgados por entidades independentes no mercado de negociação. Na ausência deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e suas controladas ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco e suas controladas com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados como hedge de risco de taxa de juros, de taxa de câmbio, de risco de crédito, bem como de ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado. O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 6, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fizeram uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como hedge de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e em 2020 passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para hedge de risco de mercado, conforme previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco de taxa de juros, ou seja, o risco de mercado. Desta forma, os valores de mercado dos valores em vencimento são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar x DI e Dólar x Libor; e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (hedge), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 6 destas demonstrações financeiras. **(e) Operações de compra e venda ou transferência de ativos financeiros:** A partir de janeiro de 2012, as cессões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.067, de 11/09/2014: I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e III - Operações sem transferência substancial dos riscos e benefícios. Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Na categoria "operações sem transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

**(f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Operações em contrapartida em resultados, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 18); • Diferença de valorização do uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; e • Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **(g) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%); contribuição social a) 20% para o Banco a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019, b) 25% para o Banco e 20% para as controladas no período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 convertida na Lei nº 14.183/21; PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco e suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 9 "b"). **(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores conhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 7 "e"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 6); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 9 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser suficientes para garantir a segurança. **(k) Moeda funcional e apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e suas controladas. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **(l) Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas do Banco e suas controladas consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco e suas controladas previsto em seu Estatuto Social. Além disso, a Administração do Banco e suas controladas consideram como não recorrentes os salienta-se que o lucro líquido do Banco e suas controladas no exercício de 2021, no montante de R\$ 73.739, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**(a)** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, e consideram as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente, tendo sido eliminadas as participações nas empresas consolidadas, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Essas informações consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas diretas e indiretas e seus respectivos percentuais de participação:

	31/12/2021	31/12/2020
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
BRI Participações Ltda.	99,999%	99,999%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
Único FIC de FI Multimercado	100,000%	100,000%
Alfa Scorpium - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,000% (*)	100,000%
Alfa Polaris - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado	72,663%	71,230%
Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multi Mercado	78,452%	51,860%
Alfa Scorpium Master - Fundo de Investimento Multimercado	78,452%	69,300%
(*) Em 26/01/2021 o fundo de investimento Alfa Scorpium - fundo de investimento em cotas de fundos de investimento multimercado foi extinto.		
<b>(b) Relatório por segmento:</b> Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado		

ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. As atividades do Banco e suas controladas constituem um segmento único, o segmento de atacado, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, aquisição de ativos, repasses do BNDÉ, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	Individual				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 31/12/2021
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>					
Títulos públicos do tesouro nacional	95.998	-	-	-	95.998
Posição bancada	-	-	-	-	95.998
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>626.731</b>	<b>1.808.298</b>	<b>4.877.059</b>	<b>2.738.427</b>	<b>10.050.515</b>
- de ligadas	575.729	1.736.897	4.876.950	2.734.879	9.924.455
- de terceiros	51.002	71.401	-	11.034	133.437
- item objeto de hedge	-	-	109	(7.486)	(7.377)
<b>Total</b>	<b>722.729</b>	<b>1.808.298</b>	<b>4.877.059</b>	<b>2.738.427</b>	<b>10.146.513</b>
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>					
Títulos públicos do tesouro nacional	1.903.998	-	-	-	1.903.998
Posição bancada	1.903.998	-	-	-	1.903.998
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>369.888</b>	<b>2.177.126</b>	<b>2.939.589</b>	<b>119.235</b>	<b>5.605.638</b>
- de ligadas	369.688	2.176.356	2.937.447	119.235	5.602.726
- de terceiros	-	770	2.142	-	2.912
- item objeto de hedge	-	-	-	-	-
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>25.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.773</b>
<b>Total</b>	<b>2.299.459</b>	<b>2.177.126</b>	<b>2.939.589</b>	<b>119.235</b>	<b>7.535.409</b>

**(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento**

	Individual										
	Sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Valor contábil	Valor de custo (I)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (I)	Marcação a mercado
Títulos do tesouro nacional	-	-	-	1.792.284	-	1.792.284	1.816.102	(23.818)	2.552.823	2.542.968	9.855
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	11.661	-	11.661	11.661	-	641.764	642.961	(1.197)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.623.409	-	1.623.409	1.647.340	(23.931)	1.596.444	1.585.390	11.054
Notas do tesouro nacional	-	-	-	157.214	-	157.214	157.101	113	314.615	314.617	(2)
Ações de companhias abertas	12.964	-	-	-	-	-	12.964	14.437	(1.473)	7.372	7.069
Debêntures	-	-	-	-	-	-	49.846	49.846	50.727	(881)	147.612
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	-	-	-	4.628	4.628	4.798	(172)	-
<b>Títulos para negociação (II)</b>	<b>12.964</b>	-	-	<b>1.792.284</b>	<b>54.472</b>	<b>1.859.720</b>	<b>1.886.064</b>	<b>(26.344)</b>	<b>2.707.807</b>	<b>2.695.408</b>	<b>12.399</b>
Títulos do tesouro nacional	-	-	1.317.329	1.317.832	-	2.635.161	2.658.499	(23.338)	1.141.280	1.138.892	2.388
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	1.183.691	-	1.183.691	1.183.291	400	-	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	134.141	-	1.451.470	1.475.208	(23.738)	1.141.280	1.138.892	2.388
Debêntures	-	-	-	15.327	146.670	161.997	161.929	68	80.155	79.717	438
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	9.235	9.235	-	15.069	15.069
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	10.203	10.144	59
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	-	-	<b>1.317.329</b>	<b>1.333.159</b>	<b>155.905</b>	<b>2.806.393</b>	<b>2.829.663</b>	<b>(23.270)</b>	<b>1.246.707</b>	<b>1.243.822</b>	<b>2.885</b>
Títulos do tesouro nacional	-	179.985	-	913.095	260.198	1.353.278	1.353.278	-	330.839	330.839	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	452.253	111.352	563.605	563.605	-	106.370	106.370	-
Letras do tesouro nacional	-	179.985	-	268.760	118.691	448.745	448.745	-	224.469	224.469	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	192.082	148.846	340.928	340.928	-	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	2.643	5.288	21.167	15.892	44.990	44.990	79.596	79.596
Cédulas de produto rural	-	44.547	96.893	173.420	-	314.860	314.860	-	181.663	181.663	-
Debêntures	-	-	-	39.881	392.989	50.045	482.915	482.915	366.019	366.019	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	-	-	5.990	-	5.990	5.990	-	-	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	335.731	17.040	85.564	438.335	438.335	22.797	22.797	-
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>227.175</b>	<b>483.783</b>	<b>1.517.713</b>	<b>411.699</b>	<b>2.640.368</b>	<b>2.640.368</b>	<b>2.640.368</b>	<b>-</b>	<b>980.914</b>	<b>980.914</b>	<b>-</b>
- item objeto de hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.964</b>	<b>227.175</b>	<b>1.801.112</b>	<b>4.643.154</b>	<b>622.076</b>	<b>7.306.481</b>	<b>7.356.905</b>	<b>(49.614)</b>	<b>4.935.428</b>	<b>4.920.144</b>	<b>15.284</b>

**(c) Composição de títulos vinculados**

	Individual			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Vinculados a operações compromissadas	2.363.766	2.466.205	2.363.766	2.466.205	-	-
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	33.540	23.268	126.036	59.827	-	-
Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio	47.781	31.102	47.781	31.102	-	-
Títulos dados em garantia de registro de gravame	9.108	-	9.108	-	-	-
Títulos dados em garantia em ações judiciais	1.866	1.697	4.763	3.699	-	-
<b>Total</b>	<b>2.456.061</b>	<b>2.522.272</b>	<b>2.551.454</b>	<b>2.560.833</b>	-	-

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender às necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco e suas controladas, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco e suas controladas. Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 31/12/2021 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de swap, NDF e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam substancialmente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência,



**BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

**DE INVESTIMENTO**

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL**

Ouvidoria: 0800-7220141

(f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

	Individual e Consolidado							
	2º semestre 2021		2021		2020			
	Hedge	Hedge	Hedge	Hedge	Hedge	Hedge		
Swaps	347	(8.917)	(9.264)	(8.802)	(11.426)	(269)	(7.909)	(8.178)
Prêmios de opções	(28)	—	28	(920)	(820)	820	—	820
NDF	2.186	—	—	—	(406)	786	—	786
<b>Total</b>	<b>1.867</b>	<b>(8.917)</b>	<b>(7.050)</b>	<b>(8.802)</b>	<b>(12.652)</b>	<b>1.337</b>	<b>(7.909)</b>	<b>(6.572)</b>

(g) Contabilidade de Hedge: O Banco e suas controladas adotam a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo de operações com depósitos interfinanceiros e risco de taxa de juros via variação cambial decorrente de captação no exterior em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de hedge a Administração tem por objetivo proteger o spread de suas operações com depósitos interfinanceiros. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Banco e suas controladas utilizaram a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de hedge pela contabilidade de hedge. (h) Análise de sensibilidade: O Banco e suas controladas realizam análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três valores de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e suas controladas e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco e suas controladas com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Banco e suas controladas com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco e suas controladas não acreditam que possam ocorrer.

(g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Individual e Consolidado	
	2º Semestre 2021	Exercícios 2021 2020
Rendimentos de financiamentos	93.718	131.573 146.364
Rendimentos de empréstimos e repasses interfinanceiros	167.944	263.630 162.483
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.837	6.470 9.002
<b>Total</b>	<b>266.049</b>	<b>401.673 317.849</b>

Operações de Crédito

	Individual e Consolidado	
	2021	2020
Rendimentos de financiamentos	93.718	131.573 146.364
Rendimentos de empréstimos e repasses interfinanceiros	167.944	263.630 162.483
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.837	6.470 9.002
<b>Total</b>	<b>266.049</b>	<b>401.673 317.849</b>

Operações de Arrendamento Mercantil

	Individual e Consolidado	
	2021	2020
Resultado na alienação de bens de arrendamento	14.051	17.686
Rendimentos de arrendamento financeiro	33.573	10.215
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	131	376
<b>Total</b>	<b>47.755</b>	<b>28.277</b>

8. OUTROS ATIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de câmbio (i)	463.836	157.344	463.836	157.344
Depósitos judiciais	30.052	30.262	71.450	81.278
Despesas antecipadas	24.294	41.163	24.464	41.371
Tributos antecipados	5.977	5.022	17.547	15.596
Outros	32.081	17.421	30.107	18.988
<b>Total</b>	<b>556.240</b>	<b>251.212</b>	<b>607.404</b>	<b>314.577</b>

(i) Carteira de câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio comprado a liquidar	463.836	147.398
Câmbio vendido a liquidar	—	—
Direitos sobre vendas de câmbio	—	9.946
Obrigações por compras de câmbio	—	—
<b>Total</b>	<b>463.836</b>	<b>157.344</b>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Individual	
	2021	2020
(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social	32.535	81.254 85.059
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e dedução das participações no resultado	(14.641)	(36.564) (38.277)
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	—	—
Efeito no cálculo dos tributos:	—	—
Juros sobre o capital próprio	4.739	9.822 9.265
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.918	2.082 5.443
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(7.668)	(9.727) (2.396)
Créditos amortizados para prejuízo	321	2.610
Equivalência patrimonial	11.452	19.783 9.057
Ajustes ao valor de mercado	(6.391)	(10.059) (79)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	6.098	8.982 5.740
Obrigações fiscais diferidas	(7.616)	(4.991) (3.511)
Ativo fiscal diferido	20.917	19.182 4.887
Outros valores	(7.279)	(8.635) (1.504)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>780</b>	<b>(7.515) (11.375)</b>

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	Individual	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e dedução das participações no resultado	32.535	81.254 85.059
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(14.641)	(36.564) (38.277)
Efeito no cálculo dos tributos:	—	—
Juros sobre o capital próprio	4.739	9.822 9.265
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.918	2.082 5.443
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(7.668)	(9.727) (2.396)
Créditos amortizados para prejuízo	321	2.610
Equivalência patrimonial	11.452	19.783 9.057
Ajustes ao valor de mercado	(6.391)	(10.059) (79)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	6.098	8.982 5.740
Obrigações fiscais diferidas	(7.616)	(4.991) (3.511)
Ativo fiscal diferido	20.917	19.182 4.887
Outros valores	(7.279)	(8.635) (1.504)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>780</b>	<b>(7.515) (11.375)</b>

Resultado contabilizado

	Individual	
	2021	2020
(i) Vide nota explicativa nº 2 "h".	12.521	(21.706) (12.751)
<b>Total</b>	<b>13.201</b>	<b>14.191 1.376</b>

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	3.748	969 (3.049) 1.668
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	27.829	42.991 (33.264) 37.556
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	29.367	— (8.982) 20.385
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	7.737	107.538 (80.855) 34.420
Outros créditos tributários (i)	10.474	18.882 (13.980) 15.376
<b>Total - créditos tributários</b>	<b>79.155</b>	<b>170.380 (140.130) 109.405</b>

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	1.609.019	19.228 737.689
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>
Captações no mercado aberto	2.446.252	— 2.446.252
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

Captações no mercado aberto

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.940	1.292.576 3.611.661
Letras financeiras	127.717	1.052.948 3.529.593
Letras de crédito do agronegócio	166.390	224.761 72.307
Letras de crédito imobiliário	16.833	14.867 9.761
Obrigações por empréstimos no exterior	75.703	38.125 302.604
Obrigações por repasses do país	43.771	156.598 508.740
Obrigações por repasses do exterior	69.078	5.814 — 74.892
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>4.761.862</b>	<b>2.369.439 7.288.424</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>31,5%</b>	<b>15,7%</b>

Depósitos interfinanceiros

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo (i)	207.099	857.092 2.127.730
<b>Total de depósitos</b>	<b>1.816.118</b>	<b>876.320 2.865.419</b>

# BANCO ALFA

## DE INVESTIMENTO

# BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 - CARTA PATENTE Nº 1461/1966  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

### continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

Ouviodoria: 0800-720140

**Risco de Mercado:** Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria. **Risco de Liquidez:** O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações. **Risco de Crédito:** O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas. **Risco Operacional:** O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores. O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes. A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial. **Risco Socioambiental:** O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam às normas socioambientais vigentes.

**16. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANQUEM**  
O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nºs 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O Índice de Capital para 31 de dezembro de 2021 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,53% (31/12/2020 15,44%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>2.647.229</b>	<b>2.550.290</b>
Capital Principal	2.647.229	2.550.290
Patrimônio Líquido	2.673.268	2.590.683
(-) Ajustes Prudenciais	(26.039)	(40.393)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.647.229</b>	<b>2.550.290</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>18.215.203</b>	<b>16.520.559</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	16.133.729	13.799.737
Risco de Mercado	744.691	1.512.727
Risco Operacional	1.336.783	1.208.095
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.457.216</b>	<b>1.321.645</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>364.304</b>	<b>206.507</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>14,53%</b>	<b>15,44%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>14,53%</b>	<b>15,44%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>14,53%</b>	<b>15,44%</b>

### 18. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	% Capital Participação	Patrimônio Social Líquido	Patrimônio Ajustado	Lucro do Exercício	Qte. de ações ordinárias detidas	Qte. de cotas detidas
Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (a)	55,861	178.300	327.023	9.772	12.291.033	8.194.023
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000	161.176	285.857	25.310	8.000.000	8.000.000
BRI Participações Ltda. (b)	99,999	26.868	513.730	15.080	-	26.867.343
<b>Total</b>						

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Christophe Yvan François Cadier** - Presidente  
**Adilson Herrero**  
**Antonio César Santos Costa**  
**Luz Alves Pires de Barros**

### DIRETORIA

**Fabio Alberto Amorosino**  
Diretor Presidente  
**Camila da Silva Zago**  
**Ricardo Mostaert Colin**

### CONTADORA

**Eliane Carolina Quaglio Arjona**  
CRC ISP 232.846/O-2

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Conselho de Administração e Acionistas do **Banco Alfa de Investimento S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Alfa de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (b) e nº 7, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito e de arrendamento mercantil, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo AA o melhor rating e H o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco e suas controladas constituem, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e de arrendamento mercantil, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia, o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões da perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito e arrendamento mercantil.

Availamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco e suas controladas com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

**Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 (j) e nº 11, o Banco e suas controladas constituem, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas

judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco e suas controladas. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do dotecho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento do Banco e de suas controladas, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou divulgação das provisões relativas a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo do Banco e suas controladas.

As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais.

Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, revisamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências do Banco e de suas controladas em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco e suas controladas na mensuração da provisão para contingências relevantes. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que o Banco e suas controladas estão envolvidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco e suas controladas, e apresentadas como informações suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**  
A Administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A Administração do Banco e suas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas de continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6

**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 15P252419/O-0

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

**Introdução**  
O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pela Covid-19, trouxe uma série de desafios desde o primeiro semestre de 2020:

- Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o Banco continuou utilizando os processos de rodízio e home-office para seus colaboradores.
- Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. O Comitê de Risco, baseado no acompanhamento rotineiro do valor da "perda esperada" realizado pela Diretoria de Riscos, recomendou a constituição de novos montantes de PDD, especialmente no Atacado (BAI e AAM). Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

**Atividades do Comitê**  
O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2021, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

**Administração de Riscos**  
Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

**Ouviodoria**  
Norteado pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23.07.2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouviodoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

**Controles Internos**  
O Comitê acompanhou as atividades da área de Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

**Prevenção à Lavagem de Dinheiro**  
O Comitê acompanhou as atividades da área de Controles Internos e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. O Comitê também acompanhou a implantação da Resolução 119/2021, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, que alterou alguns artigos da Circular 3978/2020.

**Segurança da Informação**  
O Comitê de Auditoria tomou conhecimento do plano integrado de segurança da informação, que dentre outras ações compreende:

- Criação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos Cibernéticos (GIRC);
- Revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, adequando-a à Resolução CMN 4893 de fevereiro de 2021;
- Contratação da PWC para os serviços de SOC - monitoramento do ambiente de segurança da informação;
- Revisão do documento de premissas e inclusão de padrões de segurança para desenvolvimento de aplicações e sistemas corporativos;
- Adequação da Política de Gerenciamento Integrado de Risco do Conglomerado Prudencial em relação às questões de risco cibernético;
- Mapeamento pela Auditoria Interna dos principais sistemas transacionais, para revisão de permissões e alçadas e posterior desenvolvimento dos planos de ação;
- Outras ações que serão desenvolvidas e implantadas no decorrer de 2022.

**Auditoria Externa e Interna**  
Empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2021; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo trimestre de 2021. Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

**Demonstrações Financeiras**  
Considerando a internalização estatísticas das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022.

**Adilson Herrero**  
**Ciderele Justino de Souza**  
**Paulo Aluizio Machado de Andrade**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

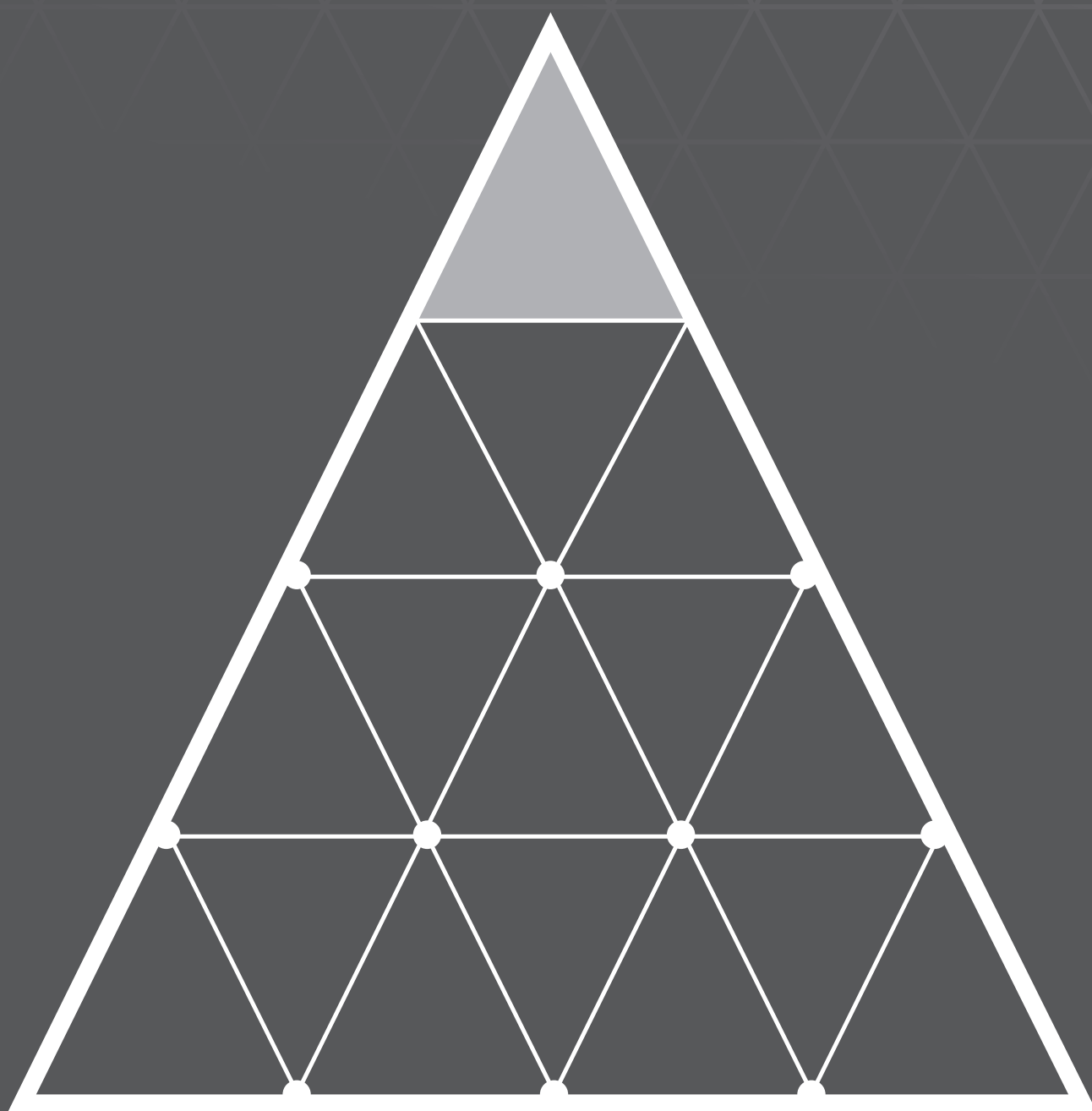
Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: **a)** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitam, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; **b)** As Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2021, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31.12.2020, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e **c)** O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários".

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022

**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**  
**José Antonio Rigobello**

**Rubens Barletta**  
**Valter dos Santos**





WWW.ALFANET.COM.BR

